

- c) Experiência Profissional;
d) Classificação de serviço.

10.2 — A prova escrita de conhecimentos terá a duração de duas horas e versará sobre os seguintes diplomas:

- Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;
- Lei n.º 169/99, de 11 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;
- Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
- Lei n.º 10/2004, de 14 de Maio, D.R. n.º 19-A/2004, de 14 de Maio;
- Lei n.º 15/2006, de 26 de Abril e R.R. n.º 6/2006, de 20 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Dezembro;
- Lei n.º 8/95, de 29 de Março;
- Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro (6.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12);
- Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17 de Julho.

11 — O sistema de classificação final a utilizar será a média aritmética ponderada dos métodos de selecção, classificados de 0 a 20 valores.

12 — Requisitos de admissão ao concurso:

- a) Encontrar-se nas condições estipuladas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Encontrar-se ainda nas condições estipuladas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

13 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção constam de actas das reuniões do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

14 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final serão publicados de acordo com o estipulado nos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho, com a adaptação introduzida pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, sendo afixadas, dentro dos prazos legalmente estabelecidos no átrio da Câmara Municipal de Lamego, podendo ser consultadas durante as horas normais de expediente.

15 — Constituição do júri do concurso:

Presidente: Dr. Nelson do Vale Martins, Chefe da Divisão de Contabilidade e Património.

Vogais efectivos: Eng.º Manuel Campos Marques, Chefe da Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico e Dra. Sandra Cristina de Oliveira e Sousa, Técnica Superior Assessora.

Vogais suplentes: D. Luísa Maria Almeida de Oliveira e Sousa, Chefe da Divisão de Administração e Coordenação e Dra. Rosália Sofia Santos Vígia Polaco Oliveira, Técnica Superior Jurista de 1.ª classe.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

14 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Lopes*.

2611076642

Aviso n.º 929/2008

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 21/12/2007, foram nomeados, precedidos de concurso, os funcionários abaixo indicados:

Jorge Manuel da Conceição Pereira Caetano, para Técnico Superior Principal (Arquitecto), escalão 1, índice 510.

Ricardo Manuel Teixeira Batista, para Técnico Superior de 1.ª classe (Não Adjectivado), escalão 1, índice 460.

Rui Manuel Gomes Monteiro, para Técnico Superior de 1.ª classe (Não Adjectivado), escalão 1, índice 460.

Ricardo José Guedes Pereira, para Técnico Superior de 1.ª classe (Não Adjectivado), escalão 1, índice 460.

Elisabete Maria Pereira da Silva, para Técnico Principal (Não Adjectivado), escalão 1, índice 400.

Maria Amélia Mateus Pereira Leal, para Técnico Profissional de Biblioteca e Documentação de 1.ª classe, escalão 1, índice 222.

João de Carvalho Peixoto, para assistente administrativo especialista, escalão 1, índice 269.

Mabilde Rosa Pinto Lopes, para Assistente Administrativo Principal, escalão 1, índice 222.

José Basílio Gouveia Basílio, para Assistente Administrativo Principal, escalão 1, índice 222.

Os candidatos deverão proceder à aceitação da nomeação no prazo de 20 dias contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

26 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Manuel Lopes*.

2611076811

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 930/2008

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho proferido aos 17 dias do mês de Dezembro do ano em curso, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria determinou, nos termos do disposto nos n.ºs 1,2,4,8, alínea a) do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro, aplicado por força da revogação do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local autárquica pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e atendendo à autorização concedida por SS. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, a requisição, pelo período de um ano, prorrogável até ao limite de três anos, do Oficial do Exército Sr. Tenente Coronel Artur Manuel Mendes Figueiredo, licenciado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, para exercer funções na Divisão de Protecção Civil e Bombeiros da Câmara Municipal de Leiria, sob a sua direcção hierárquica directa, com efeitos ao primeiro dia do mês de Janeiro do ano de 2008.

20 de Dezembro de 2007. — A Presidente da Câmara Municipal, *Isabel Damasceno Campos*.

2611076731

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

Aviso n.º 931/2008

Concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares de assistente administrativo especialista

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 02/04/2007, nomeei por urgente conveniência de serviço, com efeitos à mesma data, para os lugares de assistente administrativo especialista, as candidatas Sandra Maria Carneiro da Silva Fernandes, Fernanda de Fátima Silva Matos Alves e Maria de Fátima Pires dos Santos Rodrigues, aprovadas no concurso em epígrafe, aberto por aviso n.º 11/2005, datado de 08 de Agosto de 2005, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 164, de 26 de Agosto de 2005. Não carece de visto do Tribunal de Contas)

27 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara Municipal, *Beraldino José Vilarinho Pinto*.

2611076646

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUALDE

Aviso n.º 932/2008

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna público que foram renovados, ao abrigo do n.º 2º do artigo 139.º do Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, conjugado com artigo 9º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho pelo período excepcional de mais três anos, os contratos de trabalho a termo resolutivo dos seguintes trabalhadores: Na Categoria de Auxiliar de Serviços Gerais; Maria Manuela Amaral Costa Ferreira com início em 07 de Fevereiro de 2008; Maria Fernanda Pais Almeida Marques, com início em 07 de Fevereiro de 2008, Maria da Conceição Lopes, com início 07 de Fevereiro de 2008, e na Categoria de Canalizador; António Pedro Amaral Ferreira Gomes, com início em 14 de Fevereiro 2008.

28 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Soares Marques*.

2611076627